

Discurso Congresso

Estudos de Género, Feministas e sobre as Mulheres: Conhecimento, Políticas Públicas e Justiça Social

Começo por agradecer a presença do Sr. Presidente do ISCSP todo o apoio que tem dado às iniciativas do CIEG e claro por agradecer a e dar as boas-vindas a todas as pessoas esperando que estes três dias que se iniciam sejam de novos encontros e reencontros, de intenso intercâmbio e debate de forma a aprofundar laços já existentes e a constituir novos laços.

Um rápido olhar sobre os números deste Congresso. Tivemos um total de resumos 267 submetidos, desses 128 de Portugal, 139 Fora de Portugal, desses 139 – 54 Europa e 85 fora da Europa. E temos um total de 224 participantes. Relativamente aos dois congressos anteriores os números não se alteraram muito (temos até um ligeiro aumento de participantes embora a distribuição regional se altere), e mostrando o carácter atrativo do Congresso no plano internacional e muito para além da Europa.

Quisemos trazer ao Congresso como *Keynote speakers* vozes do chamado Sul global. É por isso com muito gosto que agradecemos e saudamos Nazanin Shahrokni, que nos vai falar da situação no Irão, Josephine Ahikire do Uganda e a Monica Tarducci da Argentina. Mas através das mesas redondas plenárias e semi plenárias também passámos as fronteiras da Europa e encontramos os Estados Unidos (temos muito gosto em saudar e agradecer a presença de Barbara Risman) mas também as colegas do Brasil, que têm estado presentes nos nossos Congressos (Adriana Piscetelli e Clara Araújo entre outros). Saudamos também a participação de colegas dos vários países da Europa (França, Fabienne Brugère) e claro, colegas portuguesas que fazem parte do CIEG ou têm acompanhado o Centro desde o seu início e a quem muito agradecemos a fidelidade e grande apoio que têm dado às iniciativas. Os seus muitos nomes fazem parte do programa das sessões plenárias e semiplenárias.

Esta presença global mostra a transversalidade dos estudos de gênero, feministas e sobre as mulheres, um campo científico e de estudo rico e muito diverso que tanto se debruça sobre realidades como as que dizem respeito aos movimentos Mulheres, Vida e Liberdade pela qual lutam mulheres como a premio nobel da paz Narges Mohammadi, em greve de fome, e muitas outras mulheres no Irão, às que se referem às Políticas Públicas para promover a Igualdade de Gênero em países em que elas são da responsabilidade dos respetivos Estados, ou sobre realidades como os ataques que os estudos de gênero, feministas e sobre as mulheres, as políticas de IG tiveram nalguns países, ou as lutas e conquistas dos direitos LGBTQ+.

Esta diversidade também se revela nos temas das sessões paralelas, onde congressistas vindos de vários países do mundo, nos darão conta dos resultados das suas pesquisas e reflexões, são eles: crime e delinquência; território; ativismo e movimentos sociais; redes sociais, comunicação e media; IG na investigação e Ensino superior; políticas públicas e agendas feministas; reprodução social, trabalho pago e não pago; IG e mercado de trabalho; sexualidade e intimidade; estudos LGBTQ+, violência de gênero, violência na academia, feminismos e resistências, masculinidades, identidades de gênero e sexuais, artes, desporto, direitos e justiça, contextos educativos e ideologias, gênero e saúde, gênero e produção de conhecimento, COVID 19 e o contexto pandémico, trabalho sexual e movimentos sociais, mulheres migrantes.

Trata-se de um acervo enorme de conhecimento que vamos debater num contexto social e político específico ao nível global e à nossa escala.

Gostaria de vos falar primeiro das condições socio políticas que estamos a viver e dos efeitos que elas têm nos Estudos de Gênero, Feministas e sobre as Mulheres, e depois dos três tópicos que escolhemos para identificar as temáticas fortes deste Congresso: Conhecimento, Políticas Públicas e Justiça Social.

1. Assinalei há 4 anos no II Congresso do CIEG, em 2019, que vivíamos então tempos difíceis com o avanço das forças de extrema-direita, o (re)surgimento de líderes autoritários o questionamento e recuo expressivo de direitos adquiridos no campo da

igualdade de género. Um dos temas fortes do II Congresso foi aliás o ataque à igualdade de género em muitos países e também em Portugal. Na verdade, todos estes fatores se agravaram desde essa altura até agora, depois de uma pandemia, acrescentando-lhe a guerra na Europa, aos bárbaros ataques de 7 de outubro e ao massacre dos palestinianos na Faixa de Gaza.

De difíceis os tempos que vivemos passaram a perigosos e com riscos de guerra generalizada. Desde a crise económica de 2008, e para evitar a falência do sistema, os governos salvando os bancos e o capital financeiro, impediram o descalabro imediato que aconteceu na crise de 1929, cem anos antes. Mas o descalabro vai ocorrendo lentamente, desde essa altura neste capitalismo neoliberal, que assume contornos de capitalismo selvagem se pensarmos nos efeitos de devastação do planeta. A salvação dos bancos deu-se à custa da continuação e do aprofundamento dos cortes e desinvestimento nos sistemas públicos, as grandes empresas capturam os estados e deixam pouca margem de manobra para políticas de redistribuição aos mais desfavorecidos, atingindo também as classes médias e resultando num aprofundamento brutal das desigualdades. O descontentamento e as dificuldades económicas de muitos são aproveitados por sectores políticos populistas que espalham o medo e agitam fantasmas com discursos regressivos, e com mentiras atacando a igualdade de género, os direitos LGBTQ+, e com discursos abertamente racistas e xenófobos.

Mas porque é que para além do racismo e da xenofobia a agenda da extrema direita é também uma agenda misógina, sexista e homofóbica, privilegiando os ataques à Igualdade de Género?

Uma das respostas possíveis é a de que a extrema direita quer granjear o maior número de apoios possíveis e por isso sabe que se usar uma linguagem emocional e falar de voltar à tradição, terá o apoio dos que sempre se opuseram às mudanças e a avanços conseguidos no âmbito da IG nos últimos anos. Estes sectores atacam porque não se conformam com a agenda internacional da igualdade de género, não se conformam com os avanços relativos a IVG, e ao direito a assumir uma maternidade

consciente, não suportam a lei da paridade – muitas mulheres não estariam no parlamento se não fossem as leis contra as quais os seus partidos votaram, mas foram derrotados – não se conformam com o acesso de mulheres lésbicas à reprodução medicamente assistida, nem com os direitos LGBT Q+ e o casamento igualitário, entre pessoas do mesmo sexo, ou a adoção por casais do mesmo sexo, são contra a expressão identidade de género ou contra a não discriminação das pessoas trans. São forças que se sentiram ultrapassadas que sempre estiveram contra a igualdade e que de novo vêm uma oportunidade de voltar a agenda políticas que sempre defenderam.

Eram contra estes avanços que representam conquistas de direitos humanos básicos e perderam essas batalhas. E se enunciei avanços legislativos que se deram nas duas últimas décadas em Portugal, e que a extrema direita tem como agenda fazer recuar, é certo que tentativas de recuos desses mesmos direitos ocorreram e ocorrem em muitos países, como aconteceu com Bolsonaro no Brasil, ou que realmente aconteceu nos EUA com a perda do direito à IVG ao nível federal e em muitos Estados. Ou como poderá vir a acontecer na Argentina onde o direito à IVG foi ainda recentemente finalmente conquistado.

Mas verificar estas tentativas, ou mesmos os sucessos já obtidos por estas forças reacionárias não chega para compreender, interpretar explicar como diria M. Weber como chegámos aqui, o que podemos esperar, como atuar.

Com efeito, a primeira parte do tema geral do Congresso **Conhecimento, Políticas Públicas e Justiça social**, isto é o termo Conhecimento, foi definido porque sabíamos que muitas das pesquisas de terreno têm focado estes temas dando visibilidade a fenómenos complexos em que se jogam diferentes dimensões estruturais, culturais, simbólicas e emocionais como Connell nos mostra.

E é preciso perceber esta complexidade para também entender o que leva algumas, ou muitas, pessoas a aderirem a certas posições ou porque os porta-vozes de certas reivindicações lhes parecem socialmente distantes, ou porque as realidades de que falam são vividas por minorias cuja vidas dificilmente se cruzam com as delas. É por

isso, por exemplo que nos parece importante não desligar as reivindicações específicas da IG de outras mais vastas, como as que se referem ao combate às desigualdades sociais, ou como outras realidades que as intercetam - étnica/raça, situação perante a deficiência e outras.

É por isso também que importa basearmos as nossas posições **em pesquisa sustentada argumentando com conhecimento**, tendo em consideração os diferentes públicos e audiências. Gostaria de dar dois exemplos. Há pouco tempo o dirigente do Chega assumiu que se chegasse ao poder iria retirar os “milhões” constantes no orçamento de Estado para a Promoção da Igualdade de Género e iria aplicá-los na luta contra a corrupção. Um jornalista numa intervenção televisiva referiu que foi analisar o que estava especificado nas rubricas do orçamento para a IG, e a partir do que tinha analisado concluíu, perguntando a Ventura se era contra o acesso gratuito de crianças a creches, o aumento do abono de família para certas situações, subsídio de desemprego para vítimas de violência doméstica, reforço de licenças de parentalidade, etc.

Outro exemplo refere-se às declarações de Catarina Reis Oliveira coordenadora científica e executiva do observatório das migrações, nossa colega aqui no ISCS, mostrando os quase mil milhões de euros de contributos dos imigrantes para a segurança social, arrasando a retórica da extrema direita sobre os gastos com as prestações sociais que os imigrantes recebem que representam 7 vezes menos do aquilo que contribuem.

Certo é que este tipo de argumentação fundamentada não visa convencer a extrema direita e os seus apoiantes – como não há qualquer esperança de convencer com argumentos racionais os apoiantes de Ventura, de Donald Trump ou de Bolsonaro.

Este tipo de argumentação é importante para os media, para os e as jornalistas poderem usar, e para pessoas que genuinamente desconhecem o que se está a discutir e terão a oportunidade de ficar a saber do que é que, na realidade, se está a falar. É fundamental contrapor **conhecimento** à mentira e à desinformação pois estas são as armas privilegiadas deste tipo de demagogos. Mas é preciso fazer o trabalho de

denúncia destas mentiras de forma sistemática, séria e pedagógica com mais dados do que emoções.

2. Porque a área científica de estudos de Género, Feministas e sobre as Mulheres é uma **área de conhecimento**, como já referimos, muito rica alimentada por diversas fontes. Por um lado, pela pesquisa académica desenvolvida por pessoas que nas diferentes áreas científicas das ciências sociais e humanas, mas também nas engenharias e ciências físicas e naturais, muito mais nas primeiras do que nas segundas ainda, foram dando visibilidade a temas e conceitos – género, sexualidade, corpo, divisão sexual do trabalho – que permitiram olhar de forma diferente velhos temas como desigualdade e discriminação, e foram questionando narrativas que excluía protagonistas e invisibilizavam ou silenciavam vozes.

A Igualdade de Género entra na agenda científica, tematizando não só a desigualdade transversal entre mulheres e homens, como mostrando as formas de discriminação das diferentes expressões de género, e também como elas se intersectam com outras formas de desigualdade como as étnico raciais, de orientação sexual, ou das que se referem à deficiência aos direitos de cidadania e à nacionalidade entre outras. Também neste domínio a ciência foi questionando as narrativas religiosas de diferentes origens, com lógicas patriarcais, que circunscrevem papéis desiguais de homens e de mulheres, excluindo para o campo das trevas e do pecado a sexualidade feminina e as sexualidades não heterossexuais.

Mas este questionamento e esta mudança conceptual que se deu na academia seria impossível sem o pensamento e as filosofias feministas nas suas diferentes expressões e correntes, que na busca de explicações para as desigualdades foram publicando pensamento crítico que desde o final dos anos 40 do século XX passando pelos anos 70 e 90 e até ao século XXI vão em sucessivas ondas – e também com os seus recuos como aconteceu nos anos 80 – constituindo assim um campo autónomo com diferentes orientações teóricas, os seus debates, divergências e convergências, constituindo um campo plural. Plural quanto a abordagens, mas também quanto a à história e aos ritmos. Na verdade, é também à medida que se vai fazendo a história do

surgimento do pensamento feminista nos diferentes continentes e países, se vão descobrindo protagonistas fora do chamado norte global, com histórias que muito enriquecem as perspectivas diversificando o nosso olhar, como de certo acontecerá através das intervenções das nossas *keynote speakers* e das sessões plenárias e semi plenárias.

A terceira fonte que alimenta este campo científico está nos movimentos sociais e nos ativismos, formas de ação coletiva que desde as sufragistas do início do século XX aos movimentos pelos direitos LGBT, pela persistência e insistência protagonizam lutas que acabam por fazer mudanças civilizacionais. São movimentos organizados, que têm papel fundamental pela sua ação na comunidade, porque unindo pensamento e ação congregam vontades, lutam por direitos e mudanças legais, funcionando em simultâneo como espaço defensivo e de reconhecimento. Mas as suas ações dando a palavra a pessoas até aí sem voz, dão visibilidade e permitem a reflexão em conjunto acrescentam conhecimento.

O fato de este campo científico de estudo ser recente e ser alimentado por fontes diferentes constituindo um campo plural, tem, entre outras duas consequências principais. Por um lado, há muito ainda por saber e conhecer muitas perguntas a que dar resposta, muitas áreas e entrosamentos de saber a desenvolver. As velhas e sempre novas questões da relação social/biológico, as relações entre estrutura, ação ou agência, corpo e mente, simbólico, emoções e ação social, arte e música, violência e exclusão, que se desdobram em múltiplas temáticas.

Alguns destes temas figuram já em muitas comunicações ao Congresso onde vão estar entre muitos outros investigadores e investigadoras, 19 estudantes do Doutoramento em Estudos de Género que o CIEG (ISCSP/Universidade de Lisboa promove em conjunto com a faculdade de Direito e faculdade de Ciências sociais e humanas da U. Nova de Lisboa lançou em 2018/2019 e que já vai, por isso na 6ª edição, sempre com muita procura e interesse por parte de estudantes nacionais e internacionais, e que vão apresentar os progressos das suas pesquisas. Os seus trabalhos irão decerto

beneficiar do intercâmbio e dos debates que vão estabelecer com colegas juniores e seniores de diversos países e de diferentes equipas de investigação ao nível nacional.

A segunda consequência da diversidade das fontes que constituem este campo de estudo é geradora de perspetivas diferentes, divergências ou pelo menos dificuldades em convergir. Todos sabemos que são diferentes as abordagens epistemológicas e metodológicas, e a forma de formular questões, nas ciências sociais, nas ciências humanas e ciências físico-naturais. E apesar de transversalidade das perspetivas feministas, também sabemos que elas se desdobram em várias correntes e perspetivas e que estão sempre a renovar-se.

Perante isto aliás há quem proponha perspetivas integradoras, como é o caso de Barbara Risman que tendemos a acompanhar.

Mas mesmo que esta integração seja difícil ou impossível, por mim, como espero que também convosco aconteça, sempre tenho beneficiado de perspetivas muito diferentes da minha, quer venham das humanidades, das artes, da literatura, e de propostas sustentados como as que têm sido formuladas por exemplo, pelo feminismo negro. O nosso campo é diverso, mas essa diversidade é uma riqueza. E é por isso que momentos como este, dos nossos Congressos têm sempre sido momentos de encontro, de aprendizagem e de entusiasmo, como esperamos que esta seja apesar dos momentos difíceis que estamos a viver.

3. Falamos de **conhecimento**, mas também de **Políticas públicas**. Temos salientado a importância das políticas públicas para o desenvolvimento e sustentabilidade da IG. Do que se trata é apenas, aliás, de cumprir o artigo 9º da Constituição da República **Tarefas fundamentais do Estado** que na sua alínea h) define a Promoção da Igualdade entre homens mulheres, como, note-se, uma das Tarefas fundamentais do Estado. E ainda de cumprir também o artigo 13º, Princípio da Igualdade na sua revisão de 2005, que se refere a não poder haver discriminação em razão de um conjunto de situações entre as quais o sexo e a orientação sexual. São estas orientações globais que justificam a existência de organismos do Estado que têm por missão desenvolver políticas para

concretizar estes princípios. E temos progredido no campo do desenvolvimento das estratégias no âmbito da Igualdade e da não discriminação, e no da transversalização ou mainstreaming de género, nomeadamente, como ficou expresso no caso da ENIND, Estratégia Nacional para Igualdade e Não discriminação, traçada para 2018-2021. E claro que o que todas estas medidas top/down também tem sido facilitadas por diretivas europeias ou mesmo pelo desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Mas como sempre, têm havido resistências a muitas das prescrições e medidas definidas, como por exemplo os Planos de Igualdade, e também acontece que há muitas vezes uma adoção tácita e não efetiva dessas medidas. Por isso, para além de iniciativas top/down, é fundamental saber envolver os e as participantes nestes processos de mudança e procurar aliados que facilitem o caminho.

O CIEG tem participado na Avaliação das políticas de IG, mas espera que os resultados dessas avaliações possam ter efeitos práticos. E também temos orgulho em ter contribuído, com os nossos resultados de investigação, com a elaboração de manuais e com a disseminação para públicos mais alargados das pesquisas, para a mudar legislação em Portugal nestas áreas como foi mais recentemente o caso da pesquisa sobre o Assédio.

O terceiro tópico que destacámos, foi o da Justiça social. Ora quando estamos sentados na mesma mesa ou no mesmo espaço com alguém com nacionalidade iraniana estamos perante a evidência de que para falar de Igualdade de género e Justiça social é preciso saber de que lugar se parte. É importante ter uma noção do tempo e do espaço. Deixaremos Nazanin Shahrokni falar-nos da situação complexa e difícil do Irão.

Quanto a nós e no ano em que se comemoram os 50 anos da revolução progressista de Abril 74, que pôs fim a uma ditadura de 48 anos, ao último império colonial no ocidente, a uma guerra de 13 anos em que os jovens eram obrigados a cumprir o serviço militar ou a sair do país, com uma economia de guerra que fazia crescer o PIB para alimentar a máquina de guerra, mas para produzir balas e outros instrumentos

mortais. País pobre sem qualquer sombra de estado social com profundas desigualdades sociais, em que as liberdades das mulheres eram cerceadas - não tinham os mesmos direitos cívicos nem políticos, p- ex. não podiam votar livremente, e estavam sob a tutela jurídica dos maridos. Podem imaginar as mais jovens que há cinquenta anos não havia uma mulher juíza, nem uma procuradora, nem uma embaixadora porque simplesmente as mulheres estavam impedidas de exercer tais profissões? Hoje elas são a maioria nas profissões jurídicas e judiciais para já não falar na medicina. Dirão também, isto já foi há muito tempo. É certo, 50 anos é muito tempo, mas passar a ser maioria em profissões em que nem sequer se podia exercer representa, no plano simbólico, uma autêntica revolução.

E o 25 de Abril não representou mais liberdade só para algumas. Ele constituiu também, também uma explosão de participação cívica em que as mulheres tiveram papel de relevo – mulheres trabalhadoras, operárias, mulheres de bairros pobres que se mexeram, lutaram e reivindicaram mudanças nos salários, nas suas vidas nos bairros por melhores condições de vida e saúde. Algumas destas situações e iniciativas que tive o privilégio de acompanhar. Estou convicta de que foram estas e outras iniciativas populares, em que muitos homens também estiveram envolvidos, que obrigaram a que a Constituição da República consagre ainda hoje direitos que, apesar das várias revisões, a direita e a extrema direita têm enorme vontade de alterar.

Mas se isto são factos já mais conhecidos outros importa conhecer melhor e dar mais visibilidade como seja o que representou também esta longa ditadura, com efeitos que se estendem até hoje, no plano da repressão da homossexualidade, e de todas as expressões de género, do acalantar subtil do racismo – o que esperar aliás do país que foi o último império colonial – e da sua tentativa de encobrimento e mesmo negação que a extrema direita hoje defende como bandeira.

Mas dirão ainda os mais jovens que isto foi há muito tempo. Sim, mas ainda há pouco mais de vinte anos esta novas instalações do ISCSP estavam a ser inauguradas, e o mesmo acontecia com universidades e politécnicos espalhados por todo o território, e o mesmo se passou com hospitais e com o reforço do serviço nacional de saúde, que

há dois trêz anos nos salvou da pandemia. Demos nos últimos 20 anos um salto enorme em todos indicadores de saúde, de educação e de ciência.

Lembro isto porque há uma tendência terrível que é preciso combater: **quando o presente vai mal reinventa-se o passado**. E apesar dos muitos problemas que temos, Portugal está irreconhecível para melhor, num conjunto de planos, nomeadamente nos que têm que ver com direitos, liberdades e garantias, que são aqueles que a extrema direita quer reverter.

São temas como estes e muitos outros que, olhando para os resumos das intervenções dos congressistas, vão ser analisados e debatidos. Precisamos desse conhecimento, para sabermos mais, para fundamentar políticas públicas e para ter mais justiça social. Porque a liberdade é fundamental, mas a liberdade sem igualdade é liberdade só para alguns.

Obrigada pela vossa presença e bom Congresso.

Anália Torres

31/1/2024